



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

### ACTA Nº. 14 /99 6ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 1999 18 de Novembro de 1999

Os trabalhos foram declarados abertos às 21 horas.

Mesa da Assembleia constituída por : Presidente, Senhor António Ramos Preto.

Primeiro Secretário, Senhora Maria Arlete Rodrigues.

Segundo Secretário, Senhor Luis Batista Nunes.

Membros presentes: Todos, com excepção dos Senhores Mário Ventura Henriques, Rodrigo Gonçalves e João Vieira , conforme consta da relação anexa.

Presenças da Câmara Municipal: Senhor Presidente da Câmara Municipal, Joaquim Moreira Raposo, os Senhores Vereadores Cumbre Tavares, Carlos Silva, Gabriel Oliveira, João Bernardino e Miguel Gabriel.

Antes de declarar abertos os trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia usou da palavra para informalmente prestar alguns esclarecimentos face à entrada em vigor da nova Lei nº169/99. Assim, o Senhor Presidente informou que atendendo à entrada em vigor da nova Lei, o presente Regimento encontrava-se revogado, pelo que até à aprovação do ponto nº1 da Ordem do Dia, a Assembleia encontrava-se em regime de transição.

Finda esta intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

#### I - ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente da Assembleia colocou a Ordem do Dia à discussão, tendo-se inscrito o Senhor António Filipe. Antes que o Senhor Presidente da Assembleia colocasse à discussão e votação da Ordem do Dia, o Senhor António Filipe pediu para intervir.



O Senhor António Filipe na sua intervenção, interpelou a Mesa no sentido de que fosse considerada a seguinte situação: “inequivocamente esta sessão em termos regimentais é uma situação de transição, que implica que a Assembleia Municipal se adapte às suas disposições e altere o seu Regimento em conformidade..., simplesmente há aqui um problema que devemos considerar, nós ainda não fizemos e é esta a primeira oportunidade para o fazer..., eu creio que sendo a competência para alteração do Regimento uma competência exclusiva da A.M.A., ela deverá funcionar com o Regimento que tinha até que ele seja alterado, porque caso contrário não vale a pena alterarmos o Regimento. Então passamos a aplicar apenas as leis, e a Assembleia Municipal abdica da sua competência regimental. E portanto, eu creio que há uma situação de transição. Por outro lado há terceiros de boa fé envolvidos, os munícipes que se dirigam à Assembleia Municipal para legítimamente e nos termos regimentais colocar as suas questões, fazem-no no seu início porque era assim que a lei dispunha, e evidentemente que qualquer cidadão que nesta Sessão quisesse colocar algum problema, terá aparecido no início. Portanto, creio que não é adequado nesta Assembleia Municipal, dizer às pessoas, entretanto a Lei mudou, e portanto fala no fim. Eu creio que é incorrecto, creio que apesar de haver alguma razão justificativa para isso, seria mau criar uma situação de menor respeito para com os munícipes que se dirigem à Assembleia Municipal para colocar os seus problemas e portanto, esta questão será debatida aquando da discussão da alteração do Regimento.

A Lei dispõe num determinado sentido, mas creio que enquanto o Regimento não estiver aprovado deveríamos dar a possibilidade, ainda que a título transitório, apenas na reunião de hoje que os munícipes que se dirigiram hoje a esta Assembleia para colocar alguma questão, não tenham que esperar pelo fim da Ordem de Trabalhos para o fazer. E portanto, fazia esta proposta e colocaria ao consenso de todas as forças políticas e evidentemente à Mesa para que fosse aberto este período transitório, dando possibilidade aos cidadãos de colocarem as suas questões antes de procedermos à alteração do Regimento. Por outro lado creio, e estudando bem o problema, que relativamente ao período de Antes da Ordem do Dia, a Lei de facto obriga a que haja um período de Antes da Ordem do Dia nas sessões ordinárias, mas não excluí que a Assembleia regimentalmente possa considerar que também nas extraordinárias haja lugar para um período de Antes da Ordem do Dia. Simplesmente, essa é uma questão que





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

iremos discutir. De qualquer forma enquanto não discutirmos esse Regimento, e enquanto não entrarmos na Ordem de Trabalhos, creio que devíamos continuar como fazíamos até aqui. E portanto, ouviamos agora os munícipes, perguntar-se-ia se alguém tem alguma questão à Assembleia Municipal e creio que depois pode-se fazer, como é normal, o nosso período de Antes da Ordem do Dia de trinta minutos, e depois entraríamos na discussão do Regimento e a partir daí passaríamos a funcionar com o novo Regimento, em respeito pela Lei. Esta era a proposta, que em nome da bancada da CDU, queria fazer no início destes trabalhos.”

O Senhor Presidente da Assembleia usou da palavra, para considerar legítima a proposta da bancada da CDU, lamentando que a mesma não tenha sido considerada em sede da Comissão Permanente. Referindo que na reunião da Comissão Permanente, a Mesa e todos os partidos acordaram uma metodologia para esta reunião.

Relativamente à intervenção do Senhor António Filipe, referiu que não há nada na Lei anterior que diga que o público tenha de intervir no princípio das sessões. Na presente Lei, a interpretação é clara e inequívoca no sentido de se estabelecer, sem margem para dúvidas, qual é o tempo de intervenção dos munícipes. Pelo que considerou não ser ele próprio que iria alterar, remetendo para a Assembleia essa decisão.

O Senhor João Nascimento na sua intervenção, e enquanto representante da bancada da CDU na Comissão Permanente, referiu não estar a contrariar a metodologia estabelecida naquela Comissão, esclarecendo que apenas ocorreram acontecimentos de última hora, pelo que a bancada resolveu fazer a proposta.

O Senhor Presidente da Assembleia voltou a intervir, para reafirmar a sua posição, enquanto Presidente da Assembleia Municipal, no sentido de que a nova Lei estabelece categoricamente o tempo e o modo para intervenção dos munícipes que é no fim das reuniões. No entanto, considerou que caso a Assembleia Municipal entenda de forma diferente é da responsabilidade desta, afirmando que questões de oportunidade não suplantam em nenhum Estado de Direito questões de legalidade.

O Senhor Manuel Frade na sua intervenção, como representante da bancada do PS na Comissão Permanente, referiu que em sede daquela Comissão foi determinado que a presente sessão cumpriria a legislação em vigor, nada tendo sido dito em contrário. Concluindo que apesar de uma situação momentânea, seja ela qual for não poderá ultrapassar legalmente o estabelecido, apesar de a Assembleia ser soberana, esta não poderá contrariar o que a lei determina.

O Senhor Granja da Fonseca na sua intervenção, manifestou o seu apoio à proposta efectuada pelo Senhor António Filipe, entendendo que muito embora o desconhecimento da Lei não aproveite a ninguém, os munícipes presentes nesta sessão não devem ser impedidos de colocar os seus problemas.

O Senhor António Tremoço interveio para manifestar a sua concordância face às intervenções anteriores, na medida em que a situação da Sorefame é grave e entendeu ser fundamental a sua discussão.

O Senhor Presidente da Assembleia usou da palavra, para esclarecer os termos da proposta apresentada pelo Senhor António Filipe, referindo que o público, em seu entender, deveria usar da palavra no fim da reunião e a proposta da CDU, determinava que o público interviesse antes do início da Ordem do Dia.

O Senhor Presidente da Assembleia, entendendo que não poderá existir qualquer tipo de votação anterior à aprovação da Ordem do Dia, deu a palavra à Senhora Primeiro Secretário para proceder à leitura da mesma.

1. Apreciação para aprovação, nos termos da alínea b) do nº. 1 do Artigo 53º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, do *“Projecto de Regimento”*.

2. Apreciação para aprovação, nos termos do nº. 2 do Artigo 87º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, de *“Voto de Pesar Pela Morte de Luís Sá”*.





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

3. Apreciação para aprovação, nos termos da alínea s) do nº. 2 do Artigo 53º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, da deliberação da CMA relativa a *“Transferência de Competências para as Juntas de Freguesia no Âmbito do Licenciamento de Ciclomotores”*.

4. Apreciação para aprovação, nos termos do nº. 2 do Artigo 18º. do Decreto-Lei nº. 197/99, de 8 de Junho, da deliberação da CMA relativa a *“Alteração dos Montantes de Despesas Públicas com a Aquisição de Bens e Serviços e Outras”*.

5. Apreciação para aprovação, nos termos da alínea i) do nº. 2 do Artigo 53º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, da deliberação da CMA relativa a *“Condições Gerais de Contrato de Promessa de Compra e Venda de Prédios Urbanos no Lugar conhecido por Casal da Boba”*.

6. Apreciação para aprovação, nos termos da alínea l) do nº. 2 do Artigo 53º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, da deliberação da CMA relativa a *“Alteração do Artigo 19º. dos Estatutos da Escola das Profissões, E.M, e da denominação social para Escola das Profissões da Amadora, E.M.”*.

Finda a leitura, o Senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições para discussão da Ordem do Dia, não havendo intervenções submeteu-a a votação, sendo aprovada por maioria com 36 votos a favor e 1 abstenção (Documento anexo à presente Acta).

Finda a votação, o Senhor Presidente da Assembleia solicitou a entrega do documento relativo à proposta do Senhor António Filipe para efeitos de votação.

Feita a sua entrega, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à Senhora Primeiro Secretário para proceder à sua leitura.

Finda a leitura, o Senhor Presidente da Assembleia considerando a proposta ilegal recusou a sua entrada na Mesa, informando que da sua posição cabia recurso para o plenário.

Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor António Filipe em representação da bancada do CDU e como subscritor da proposta para intervir.

O Senhor António Filipe na sua intervenção, solicitou o recurso para o plenário.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação a admissão da proposta, tendo a mesma sido admitida por maioria com 33 votos a favor, 2 votos contra e 1 abstenção (Documento anexo à presente Acta).

Finda a votação, o Senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições para discussão da proposta, tendo-se inscrito os Senhores Alves Nunes, Manuel Frade, Luis Francisco, Granja da Fonseca, António Filipe e Andrade Silva.

O Senhor Alves Nunes na sua intervenção, referiu que a Mesa, mais concretamente, o Senhor Presidente da Assembleia queria aplicar a nova Lei nº169/99, a qual entrou em vigor no dia 18 de Setembro, apanhando desprevenidos os membros da Assembleia Municipal e com mais acutilância os munícipes. Concordou com o Senhor António Filipe, esta situação transitória, embora isto fosse contra os princípios do Senhor Presidente da Assembleia, porque a Lei é taxativa. No entanto, considerou que se a Lei, no artigo 45º, prevê em caso de eleições autárquicas o regimento anterior, continua em vigor até à posse do novo órgão e até a aprovação do novo Regimento, pelo que perguntou se seria muito prejudicial, que a meio de um mandato, apesar de alterada a Lei, manter-se em vigor até aprovação do novo Regimento.

O Senhor António Frade na sua intervenção, referiu que a Lei nº 169/99 veio substituir o DL nº 100/84 e que tem um âmbito muito lato, tendo esta sido posta em vigor para todas as situações. No entanto, sugeriu à Mesa que quando a proposta fosse a votação, que a mesma se fizesse ponto a ponto, para se tomar uma posição e para ir de encontro do que foi solicitado pelo Senhor António Filipe.

O Senhor Luis Francisco na sua intervenção, referiu que houve uma alteração na proposta da CDU em relação à primeira proposta realizada pelo Senhor António Filipe. Assim, manifestou





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

o seu apoio a que o público pudesse intervir, no entanto, disse já não concordar que o período de Antes da Ordem do Dia tivesse duração de 60 minutos.

O Senhor Granja da Fonseca interviu, para informar ir votar a favor da proposta apresentada pela bancada da CDU.

O Senhor Presidente da Assembleia, conforme proposto pelo Senhor Manuel Frade e com a concordância do plenário da Assembleia, colocou à votação a proposta da CDU, não na globalidade mas ponto a ponto. Assim, o 1º ponto da mesma foi aprovado por maioria com 18 votos a favor, 1 voto contra e 17 abstenções sendo o voto contra do Senhor Presidente. Relativamente ao 2º ponto, o mesmo foi rejeitado com 20 votos contra, 17 a favor e 1 abstenção (Documento anexo à presente Acta).

Finda a votação, foram feitas declarações de voto pelos Senhores Manuel Frade e Tremoço de Brito.

Neste momento, o Senhor Presidente da Assembleia deu por esgotado este ponto.

### II – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Senhor Presidente da Assembleia abriu este período, tendo-se inscrito os Senhores Jorge Vieira, Américo Pereira e Augusto Leite.

O Senhor Jorge Vieira na sua intervenção, informou sobre a situação laboral na Sorefame, referindo-se nomeadamente a uma notícia publicada pelo jornal “O Público” relativamente a uma abertura de concurso para aquisição dos terrenos daquela unidade fabril. Assim, e dada a sua preocupação, enquanto trabalhador da empresa, quanto ao futuro da Sorefame/ADtranz, solicitou uma posição da Câmara Municipal face ao possível desmantelamento da mesma.

O Senhor Américo Pereira na sua intervenção, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara quais os motivos que levaram a Câmara a alterar um projecto aprovado em Março de 1996 em relação à obra da IC 19 (Venteira e Reboleira), uma vez que há o receio dos moradores daquelas freguesias irem ser afectadas com essa alteração de trânsito. Perguntou ainda, se não



seria conveniente a Câmara auscultar os moradores daquelas freguesias antes de avançar com as referidas alterações .

O Senhor Augusto Leite na sua intervenção, perguntou igualmente o que levou a Câmara a alterar o projecto do cruzamento do Borel/Carnaxide, para o qual o anterior, aprovado em 96, previa um sistema de vias desniveladas e o actual substitui por semáforos.

Finda as intervenções do público, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às questões colocadas pelos munícipes.

O Senhor Presidente da Câmara na sua intervenção, informou que antes da publicação do “Press Realease” da ADtranz havia solicitado duas entrevistas, uma com a Comissão de Trabalhadores e a outra com o Administrador da ADtranz. Fez questão de ouvir primeiro a Comissão de Trabalhadores. Depois dessa reunião, o Administrador cancelou a sua entrevista. Na reunião com os trabalhadores, estes manifestaram os seus receios face à eventualidade do encerramento da fábrica da Venda Nova e possível transferência de unidade para outro local, pelo que lhe pediram a sua intercedência no sentido de inviabilizar uma possível alteração do PDM por forma a não permitir a especulação imobiliária daqueles terrenos. Contactado pelo jornalista, o Senhor Presidente da Câmara manifestou-lhe as suas preocupações face a um possível encerramento da fábrica, na medida em que este implicaria um aumento do desemprego no concelho da Amadora e que não iria permitir a possível alteração do PDM, relativamente a este terrenos. O jornalista inquiriu-o se concordaria com a implantação de espaços verdes no local, ao que o Senhor Presidente não respondeu, refutando de todo as declarações a ele imputadas nesta pergunta. Informou que no dia anterior, a CMA havia aprovado uma proposta por unanimidade em relação à questão da Sorefame e disse ainda que a construção para habitação na zona foi um precedente que não foi criado por si, no entanto, após este, a pressão passou a ser maior, nomeadamente a Rocanor, tendo encerrado as suas instalações, apresentou um pedido para construir habitação no local, o que não pode fazer porque o PDM não o permite, pois aquela zona tem um fim definido em PDM, o qual se irá manter.





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Para concluir, o Senhor Presidente da Câmara estabeleceu dois princípios, primeiro face à sua preocupação no eventual encerramento da fábrica. Declarou, tudo fazer para o evitar, tendo para o efeito solicitado uma reunião com Senhor Ministro e o Senhor Secretário de Estado da Economia, com carácter de urgência, no sentido de resolver o problema. Em segundo lugar, não permitir a alteração do PDM.

Quanto à intervenção do Senhor Américo Pereira, o Senhor Presidente da Câmara, face à acusação de que não teria ouvido a população, referiu que fez várias reuniões abertas a todos por forma a poderem colocar as suas questões. Por outro lado, atende diariamente os munícipes que a ele se lhe dirigem. Quanto à questão em concreto da alteração do projecto aprovado em 96, informou que o mesmo havia sido aprovado com base num protocolo celebrado com a Contimove, tendo em vista a compensação face ao aumento da área de construção daquela empresa. De 1996 até à data não foi executada a obra. No mesmo protocolo e projecto adjacente, previa-se a ligação em túnel, sendo esta da responsabilidade da JAE. A JAE nunca subscreveu o protocolo. Falou sobre os motivos pela qual o actual executivo camarário não seguiu o projecto aprovado em 1996. A título de exemplo, disse: “o anterior projecto...aprovado por unanimidade..., tinha uma rotunda com 47m de diâmetro..., tinha faixas de rodagem com 3,5m e faixas de circulação total de 10m. As normas para as três faixas de rodagem são de 15m, quer dizer que um pesado ocupava totalmente as três faixas. A rotunda consegue ser mais pequena do que o cruzamento que existe. O ramo de viragem de um pesado é de 10 e 12m, a rotunda tem menos 9m, como raio interior de viragem. A faixa de desaceleração da IC 19 desaparecia para fazer o túnel. O túnel não tinha faixa de desaceleração, é reduzido o número de faixas de rodagem que vem da Reboleira, que hoje são três e ficava com uma. As faixas de circulação da Conde Castro Guimarães ficavam as mesmas, enfim este era o projecto que estava feito na altura..., há uma coisa que gostaria de perguntar a quem conhece tão bem o projecto: não tendo semaforização como é que se faria a circulação naquela zona? Bom, aquilo que nós fizemos foi alterar o projecto tendo em conta que na nossa solução, o projecto vai funcionar. E uma das preocupações que temos hoje em dia, é aquilo que chama um dos ramos do nó, que não está feito, que está no concurso e vai ser lançado e que permite a quem vem da IC 19 entre na EN 117 sem ter de vir fazer aquele



percurso normal pelo interior do Borel. Nós temos uma rotunda semaforizada, mas estas coisas só funcionam bem, quando terminarem todas as obras, e para que não haja problemas no futuro, tem de se fazer o rebaixamento da Conde Castro Guimarães antes da entrada do Borel e da Reboleira.... Acho que este projecto é o melhor projecto, é o projecto que menos implicações tem no trânsito. Além disso, o túnel do Borel ficava a 15m de profundidade das janelas dos prédios da Reboleira...”.

Sobre a questão do estacionamento, disse que a solução apresentada na altura diminuía em muito os lugares para esse efeito. A solução presentemente adoptada, tem alguma redução, mas prevê mais de 200 lugares, o que não será ideal mas é melhor do que a anterior.

Finda esta intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia usou da palavra para informar que havia falecido o Senhor António José Antunes de Albuquerque, vogal da Junta de Freguesia da Damaia, propondo à Assembleia um minuto de silêncio em sua memória, ao que a Assembleia concordou.

Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia deu este ponto por esgotado.

### **III – APROVAÇÃO DE ACTAS**

Foram colocadas à consideração da Assembleia as Actas nº.s 7, 8, 9 e 11/99.

Dado não haver intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação a Acta nº 7/99, sendo aprovada por unanimidade dos 32 membros presentes.

De seguida, colocou à votação a Acta nº 8/99, sendo aprovada por unanimidade dos 32 membros presentes.

Colocou à votação a Acta nº 9/99, sendo a mesma aprovada igualmente por unanimidade com 32 votos a favor pelos membros presentes.

Finalmente, colocou à votação a Acta nº11/99 sendo aprovada por unanimidade pelos 32 membros presentes.





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Nada mais tendo sido dito, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu este período por esgotado.

### IV – CORRESPONDÊNCIA

Procedeu-se à leitura do resumo constante da folha que se anexa com esse título.

### V - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Apreciação para aprovação, nos termos da alínea b) do n.º 1 do Artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, do “*Projecto de Regimento*”.

O Senhor Presidente da Assembleia informou que conforme decisão da Comissão Permanente, não haveria limite de tempos para discussão deste ponto.

O Senhor Presidente da Assembleia informou que deu entrada na Mesa uma proposta de alteração ao n.º1 do artigo 40º do Projecto de Regimento, apresentado pela bancada da CDU, a qual foi lida de imediato.

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia informou que estavam abertas as inscrições para discussão desta proposta, tendo-se inscrito os Senhores Miguel Reis, José Teodoro, António Filipe, Manuel Frade, Luis Guarita, Noémia Lopes e Virgílio Rosa.

O Senhor Miguel Reis na sua intervenção, disse recusar discutir a proposta em virtude de não ter tido tempo de analisar o documento. Por outro lado, considerou que a Lei fundamentadora do novo Regimento é uma Lei que retira dignidade às Assembleias e aos seus membros.

O Senhor José Teodoro na sua intervenção, subscreveu a intervenção do Senhor Miguel Reis.

Neste momento, o Senhor Presidente da Assembleia informou que havia dado entrada uma segunda proposta de alteração ao Projecto de Regimento, apresentada pela bancada do PSD, a qual foi lida de imediato pela Senhora Primeiro Secretário.

Finda a leitura, o Senhor Presidente da Assembleia, por entender violar o disposto no nº6, do artigo 84º, da Lei 169/99, recusou a sua admissão na Mesa.

Face a esta recusa, foi dada a palavra ao Senhor José Teodoro o qual recorreu da decisão do Presidente para o plenário.

Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação para admissão e discussão da proposta, sendo admitida com 16 votos a favor, 14 votos contra e 1 abstenção.

Finda a votação, o Senhor Presidente da Assembleia informou estarem abertas as inscrições para discussão da proposta do PSD, para a qual não houve inscrições.

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação a proposta apresentada pela CDU, sendo aprovada por unanimidade dos 34 membros presentes (Documento anexo à presente Acta).

De seguida, colocou à votação a proposta apresentada pela bancada do PSD, sendo a mesma aprovada por maioria com 17 votos a favor, 15 votos contra e 2 abstenções.

Finda esta votação, foi prestada declaração de voto pelo Senhor António Frade em nome da bancada do PS.

Finalmente, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Projecto de Regimento, sendo aprovado por maioria com 30 votos a favor, 1 voto contra e 1 abstenção pelos 32 membros presentes.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu este ponto por esgotado.

2. Apreciação para aprovação, nos termos do nº. 2 do Artigo 87º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, de *“Voto de Pesar Pela Morte de Luís Sá”*.

O Senhor Presidente da Assembleia informou que conforme decisão da Comissão Permanente, o tempo para discussão deste ponto seria de 2,5 minutos por cada bancada, incluindo a Câmara.





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

O Senhor Presidente da Assembleia, deu a palavra à Senhora Primeiro Secretário para proceder à leitura do documento.

Finda a leitura, o Senhor Presidente da Assembleia informou que estavam abertas as inscrições para discussão do Voto de Pesar, e não havendo intervenções colocou-o à votação, sendo aprovado por unanimidade dos 32 membros presentes (Documento anexo à presente Acta).

Por proposta do Senhor Presidente da Assembleia, a deliberação foi tomada em minuta, por unanimidade, com 32 votos a favor (Documento anexo à presente Acta).

O Senhor Presidente da Assembleia deu este ponto por esgotado.

3. Apreciação para aprovação, nos termos da alínea s) do nº. 2 do Artigo 53º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, da deliberação da CMA relativa a *“Transferência de Competências para as Juntas de Freguesia no Âmbito do Licenciamento de Ciclomotores”*.

O Senhor Presidente da Assembleia informou, que de acordo com o decidido pela Comissão Permanente, cada bancada dispunha de 5 minutos para discussão deste ponto e a Câmara 10 minutos.

O Senhor Presidente da Assembleia usou da palavra para informar, que a Comissão de Administração Geral e Finanças havia reunido para emitir parecer sobre esta matéria, o qual foi lido de imediato pela Senhora Primeiro Secretário (Documento anexo à presente Acta).

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia questionou o Senhor Presidente da Câmara se pretendia proceder à introdução formal da proposta, ao que ele declinou.

Neste momento, o Senhor Presidente da Assembleia informou que estavam abertas as inscrições para este ponto, tendo-se inscrito os Senhores Alves Nunes e Miguel Reis.

Findas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação, tendo sido aprovada por unanimidade dos 24 membros presentes (Documento anexo à presente Acta).

Por proposta do Senhor Presidente da Assembleia, a deliberação foi tomada em minuta, por unanimidade, dos 32 membros presentes (Documento anexo à presente Acta).

O Senhor Presidente da Assembleia deu este ponto por esgotado.

4. Apreciação para aprovação, nos termos do nº. 2 do Artigo 18º. do Decreto-Lei nº. 197/99, de 8 de Junho, da deliberação da CMA relativa a *“Alteração dos Montantes de Despesas Públicas com a Aquisição de Bens e Serviços e Outras”*.

O Senhor Presidente da Assembleia informou, que de acordo com o decidido pela Comissão Permanente, cada bancada dispunha de 10 minutos para discussão deste ponto, assim como a Câmara.

O Senhor Presidente da Assembleia usou da palavra para informar, que a Comissão de Administração Geral e Finanças havia reunido para emitir parecer sobre esta matéria, o qual foi lido pela Senhora Primeiro Secretário (Documento anexo à presente Acta).

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para introdução formal da proposta.

Neste momento, tendo-se ausentado da sala o Senhor Presidente da Assembleia, a Senhora Primeiro Secretário assumiu a presidência da Mesa tendo aberto as inscrições para discussão deste ponto. Inscreveram-se os Senhores José Fernandes, Miguel Reis, Granja da Fonseca, José Teodoro e António Silva.

Neste momento, o Senhor Presidente da Assembleia retomou a presidência da Mesa.

O Senhor António Silva na sua intervenção, manifestou que não iria votar favoravelmente a proposta por entender que a mesma carecia de fundamentação.





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Finda as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação, sendo aprovada por maioria, com 32 votos a favor e 1 abstenção (Documento anexo à presente Acta).

Por proposta do Senhor Presidente da Assembleia, a deliberação foi tomada em minuta, por maioria, com 32 votos a favor e 1 abstenção (Documento anexo à presente Acta).

O Senhor Presidente da Assembleia deu este ponto por esgotado.

5. Apreciação para aprovação, nos termos da alínea i) do nº. 2 do Artigo 53º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, da deliberação da CMA relativa a *“Condições Gerais de Contrato de Promessa de Compra e Venda de Prédios Urbanos no Lugar conhecido por Casal da Boba”*.

O Senhor Presidente da Assembleia informou, que de acordo com o decidido pela Comissão Permanente, cada bancada dispunha de 10 minutos para discussão deste ponto e a Câmara de 15 minutos.

O Senhor Presidente da Assembleia informou, que Comissão de Administração Geral e Finanças havia reunido para discussão desta matéria, tendo para o efeito emitido parecer, o qual foi lido pela Senhora Primeiro Secretário (Documento anexo à presente Acta).

O Senhor Presidente da Assembleia informou que na sequência de algumas dúvidas levantadas pela Comissão de Administração Geral e Finanças, a Câmara voltou a deliberar sobre a matéria tendo remetida proposta adicional, a qual foi distribuída por todos os membros (Documento anexo à presente Acta).

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para introdução formal da proposta.

Neste momento, o Senhor Presidente da Assembleia declarou abertas as inscrições para discussão da proposta, tendo-se inscrito o Senhor Granja da Fonseca.

O Senhor Granja da Fonseca na sua intervenção, afirmou que iria votar favoravelmente a proposta.

Finda a intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia colocou a proposta à votação, tendo esta sido aprovada por unanimidade, com 31 votos a favor (Documento anexo à presente Acta).

Por proposta do Senhor Presidente da Assembleia, a deliberação foi tomada em minuta, por unanimidade, dos 31 membros presentes (Documento anexo à presente Acta).

O Senhor Presidente da Assembleia deu este ponto por esgotado.

6. Apreciação para aprovação, nos termos da alínea l) do nº. 2 do Artigo 53º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, da deliberação da CMA relativa a *“Alteração do Artigo 19º. dos Estatutos da Escola das Profissões, E.M, e da denominação social para Escola das Profissões da Amadora, E.M.”*.

O Senhor Presidente da Assembleia informou, que de acordo com o decidido pela Comissão Permanente, cada bancada dispunha de 3 minutos incluindo a Câmara, para discussão deste ponto.

O Senhor Presidente da Assembleia, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para introdução formal da proposta.

O Senhor Presidente da Assembleia declarou abertas as inscrições para discussão da proposta e não havendo intervenções submeteu-a à votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade, dos 29 membros presentes (Documento anexo à presente Acta).

Por proposta do Senhor Presidente da Assembleia, a deliberação foi tomada em minuta, por unanimidade dos 29 membros presentes (Documento anexo à presente Acta).

O Senhor Presidente da Assembleia deu este ponto por esgotado.





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Finda a Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a Sessão às 01.05 horas.

*António J. Cunha*  
*Presidente*